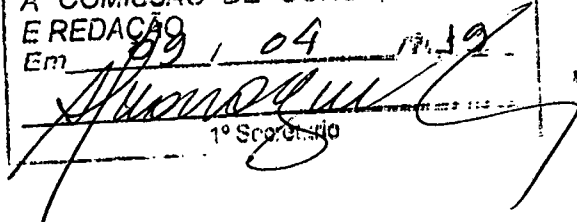


PROJETO DE LEI Nº 276, DE 09 DE ABRIL DE 2019.



APROVADO PRELIMINARMENTE
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE,
À COMISSÃO DE CONSTIT. E JUSTIÇA
E REDAÇÃO
Em 09, 04, 2019

1º Secretário

Dispõe sobre a aplicação de multa para os responsáveis por trotes contra o SAMU - serviço de atendimento móvel de urgência, Corpo de Bombeiros militar, Polícias Civil e Militar, e os demais serviços de urgência e emergência mantidos pelo estado.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, decreta a seguinte lei

Art. 1º Os proprietários de linhas telefônicas, fixas ou móveis, de que sejam originados trotes para o SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil e Militar, e os demais serviços de urgência e emergência mantidos pelo Estado ficam sujeitos à aplicação de multa, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Enquadra-se na definição de trote toda e qualquer ligação destinada às instituições mencionadas no art. 1º desta Lei da qual resulte frustração pela inexistência de evento anunciado.

Art. 2º Anotado o número do telefone de onde se originou o trote, o órgão encaminhará os respectivos relatórios às empresas telefônicas para que as mesmas informem os nomes dos seus proprietários.

Parágrafo único. As ligações originadas de telefones públicos serão anotadas em separado para futuro levantamento de incidência geográfica e posterior identificação, pelo órgão competente, do responsável pela sua realização, ficando sujeito a mesma penalidade prevista no artigo 4º.

Art. 3º Identificados os proprietários das linhas telefônicas, na forma prevista no caput do artigo anterior, serão enviados os respectivos relatórios ao

órgão estadual competente, que adotará as medidas cabíveis, inclusive lavratura de auto de infração.

Art. 4º A multa prevista no artigo 1º desta Lei será definida pela Secretaria da Fazenda e fica estabelecido que a cada trote realizado, duplicasse o valor em caso de reincidência.

Parágrafo único. O valor da multa será corrigido, anualmente e definido pela Secretaria da Fazenda.

Art. 5º A multa poderá ser convertida em medida socioeducativa estabelecida em regulamentação, mediante requerimento protocolado junto ao órgão estadual competente, no prazo de 30 (trinta) dias da notificação da autuação, desde que não seja reincidente.

Art. 6º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em DE DE DE 2019.


DEPUTADO DELEGADO HUMBERTO TEÓFILO

DEL. HUMBERTO TEÓFILO
DEPUTADO ESTADUAL

Justificativa

O presente projeto visa coibir os trotes realizados aos órgãos públicos do Estado. Constatando o prejuízo social, operacional e financeiro de deslocamento das equipes que poderiam estar, de fato, atendendo as solicitações de verdadeiras ocorrências.

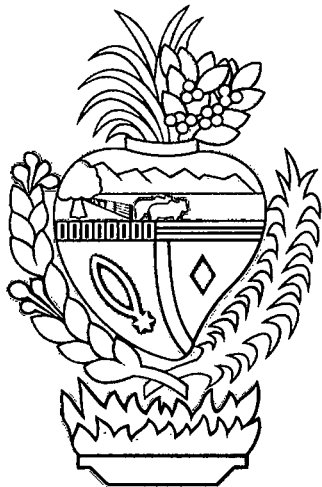
O trote telefônico é crime. O Art. 266 do Código Penal descreve que “Interromper ou perturbar o serviço telefônico” é crime e o infrator poderá incorrer em pena de detenção de um a seis meses ou multa. Por sua vez, os órgãos públicos têm o seu serviço prejudicado inúmeras vezes por essas “brincadeiras de mau gosto”.

Portanto, dada a relevância da matéria objeto desta proposição, somada ao alcance social desta medida, submetemos aos nobres pares desta Casa Legislativa o presente projeto de indicação e esperamos sua aprovação.

SALA DAS SESSÕES, em DE DE DE 2019.

DEPUTADO DELEGADO HUMBERTO TEÓFILO

DEL. HUMBERTO TEÓFILO
DEPUTADO ESTADUAL



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ESTADO DE GOIÁS

A CASA DO POVO

PROCESSO LEGISLATIVO
2019001815



Autuação: 09/04/2019
Projeto: 276-AL
Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO
Autor: DEP. DELEGADO HUMBERTO TEÓFILO
Tipo: PROJETO
Subtipo: LEI ORDINÁRIA
Assunto: DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DE MULTA PARA OS RESPONSÁVEIS POR TROTES CONTRA O SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, POLÍCIAS CIVIL E MILITAR, E OS DEMAIS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA MANTIDOS PELO ESTADO.



PROJETO DE LEI Nº 276, DE 09 DE ABRIL DE 2019.



APROVADO PRELIMINARMENTE
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE,
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
REDACÇÃO
Em 09/04/2019

Dispõe sobre a aplicação de multa para os responsáveis por trotes contra o SAMU - serviço de atendimento móvel de urgência, Corpo de Bombeiros militar, Polícias Civil e Militar, e os demais serviços de urgência e emergência mantidos pelo estado.



A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, decreta a seguinte lei

Art. 1º Os proprietários de linhas telefônicas, fixas ou móveis, de que sejam originados trotes para o SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil e Militar, e os demais serviços de urgência e emergência mantidos pelo Estado ficam sujeitos à aplicação de multa, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Enquadra-se na definição de trote toda e qualquer ligação destinada às instituições mencionadas no art. 1º desta Lei da qual resulte frustração pela inexistência de evento anunciado.

Art. 2º Anotado o número do telefone de onde se originou o trote, o órgão encaminhará os respectivos relatórios às empresas telefônicas para que as mesmas informem os nomes dos seus proprietários.

Parágrafo único. As ligações originadas de telefones públicos serão anotadas em separado para futuro levantamento de incidência geográfica e posterior identificação, pelo órgão competente, do responsável pela sua realização, ficando sujeito a mesma penalidade prevista no artigo 4º.

Art. 3º Identificados os proprietários das linhas telefônicas, na forma prevista no caput do artigo anterior, serão enviados os respectivos relatórios ao

órgão estadual competente, que adotará as medidas cabíveis, inclusive lavratura de auto de infração.

Art. 4º A multa prevista no artigo 1º desta Lei será definida pela Secretaria da Fazenda e fica estabelecido que a cada trote realizado, duplicasse o valor em caso de reincidência.

Parágrafo único. O valor da multa será corrigido, anualmente e definido pela Secretaria da Fazenda.

Art. 5º A multa poderá ser convertida em medida socioeducativa estabelecida em regulamentação, mediante requerimento protocolado junto ao órgão estadual competente, no prazo de 30 (trinta) dias da notificação da autuação, desde que não seja reincidente.

Art. 6º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em DE DE DE 2019.


DEPUTADO DELEGADO HUMBERTO TEÓFILO

DEL. HUMBERTO TEÓFILO
DEPUTADO ESTADUAL

Justificativa

O presente projeto visa coibir os trotes realizados aos órgãos públicos do Estado. Constatando o prejuízo social, operacional e financeiro de deslocamento das equipes que poderiam estar, de fato, atendendo as solicitações de verdadeiras ocorrências.

O trote telefônico é crime. O Art. 266 do Código Penal descreve que “Interromper ou perturbar o serviço telefônico” é crime e o infrator poderá incorrer em pena de detenção de um a seis meses ou multa. Por sua vez, os órgãos públicos têm o seu serviço prejudicado inúmeras vezes por essas “brincadeiras de mau gosto”.

Portanto, dada a relevância da matéria objeto desta proposição, somada ao alcance social desta medida, submetemos aos nobres pares desta Casa Legislativa o presente projeto de indicação e esperamos sua aprovação.

SALA DAS SESSÕES, em DE DE DE 2019.

DEPUTADO DELEGADO HUMBERTO TEÓFILO

DEL. HUMBERTO TEÓFILO
DEPUTADO ESTADUAL



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Sr. Dep.(s) Vinicius Cingulino

PARA RELATAR

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 23/04 / 2019.

Presidente: _____



PROCESSO N.º : 2019001815

INTERESSADO : DEPUTADO DELEGADO HUMBERTO TEÓFILO

ASSUNTO : Dispõe sobre a aplicação de multa para os responsáveis por trotes contra o SAMU – serviço de atendimento móvel de urgência, Corpo de Bombeiros militar, Polícias Civil e Militar, e os demais serviços de urgência e emergência mantidos pelo estado.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Humberto Teófilo, dispendo sobre a aplicação de multa para os responsáveis por trotes contra o SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, Corpo de Bombeiros Militar, Polícias Civil e Militar, e os demais serviços de urgência e emergência mantidos pelo estado.

Segundo consta na proposição, ficam os proprietários de linhas telefônicas, fixas ou móveis, de que sejam originados trotes para o SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de urgência, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil e Militar, e os demais serviços de urgência e emergência mantidos pelo Estado sujeitos à aplicação de multa, enquadrando-se na definição de trote toda e qualquer ligação destinada às instituições mencionadas, da qual resulte frustração pela inexistência de evento anunciado.

A proposição estabelece ainda que, anotado o número do telefone do qual se originou o trote, o órgão encaminhará os respectivos relatórios às empresas telefônicas para que as mesmas informem os nomes dos seus proprietários.

Por fim, o projeto de lei estabelece que as ligações originadas de telefones públicos serão anotadas em separado para futuro levantamento de incidência geográfica e posterior identificação, pelo órgão competente, do responsável pela sua realização, ficando sujeito a mesma penalidade prevista no artigo 4º do presente projeto de lei.

A justificativa menciona que o trote telefônico é crime. O art. 266 do Código Penal tipifica como infração penal “interromper ou perturbar o serviço telefônico”, com pena de detenção de um a seis meses ou multa. Por sua vez, os órgãos públicos têm o seu serviço prejudicado inúmeras vezes por essas “brincadeiras de mau gosto”, e assim o projeto de lei visa coibir os trotes realizados aos órgãos públicos do Estado. Constatando o prejuízo social, operacional e financeiro de deslocamento das equipes que poderiam estar, de fato, atendendo as solicitações de verdadeiras ocorrências.

Essa é a síntese da proposição em pauta.

Em princípio, verifico a ausência e vício formal capaz de provocar o arquivamento do projeto. Em se tratando de serviço público prestado pelo Estado, é perfeitamente possível sua normatização por lei estadual, nos termos do §1º do art. 25 da Constituição Federal (CRFB), inclusive de iniciativa parlamentar.

Isso porque a Emenda Constitucional nº 30, de 5 de dezembro de 2001, alterou a alínea "a" do inciso II do §1º do art. 20 da Constituição Estadual (CE/GO), para retirar a expressão "serviço público" d redação desse dispositivo constitucional como uma das matérias sujeitas à iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo. Também observo que a espécie normativa eleita é adequada.

Como é de conhecimento de todos, a prática de acionamentos indevidos de serviços de emergência, os conhecidos "trotes", causam consideráveis prejuízos ao erário e à eficiência administrativa, isso sem mencionar o dano não patrimonial e irreparável que pode resultar do não atendimento de pessoas que deles efetivamente necessite em razão e tempo dispendido para atender o acionamento indevido.

Diante disso, é razoável, conveniente e oportuna a fixação de multa aos responsáveis pela linha telefônica utilizada para essa prática, medida necessária e eficaz para coibir ou, ao menos, reduzir a ocorrência de "trotes". Há, pois, plena correlação entre os motivos, fins e meios empregados.

Todavia, há um vício no projeto que deve ser corrigido, a saber, invasão de competência dos Municípios.

O SAMU é serviço prestado pelos municípios, em relação ao qual não é viável lei estadual. Quanto a esse ponto especificamente, importante registrar que já vigora, no Município de Goiânia, a Lei Municipal nº 9.755/2016, que dispõe sobre multa por acionamento indevido do SAMU, regulamentada pelo Decreto sobre multa por acionamento indevido do SAMU, regulamentada pelo Decreto 2.528/2016, o qual, por sua vez, estabelece a competência para a aplicação da penalidade prevista na referida lei municipal e fixa a destinação dos valores arrecadados.

Neste interim, com vistas a suprimir o referido vício e aperfeiçoar o texto do projeto, além do aspecto redacional e de técnica legislativa, na forma da Lei Complementar Estadual nº 33/2001 e demais normativos pertinentes, apresento o seguinte substitutivo:

"SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 276, DE 09 DE ABRIL DE 2019.



Dispõe sobre as medidas a serem adotadas em caso de acionamento indevido do atendimento do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos demais serviços de emergência mantidos de emergência mantidos pelo Estado de Goiás.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as medidas a serem adotadas em face do acionamento indevido dos serviços telefônicos de emergência de órgãos públicos do Estado.

Parágrafo único. Entende-se por acionamento indevido aquele originado de má-fé ou que resulte em frustração do atendimento em razão da inexistência dos eventos anunciados, salvo nos casos de erro justificável comprovado.

Art. 2º O acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento do Corpo de Bombeiros Militar (193), da Polícia Civil (197), ou da Polícia Militar (190) ou de qualquer outro serviço de emergência do Estado de Goiás ensejará aplicação de multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) ao titular da linha telefônica utilizada.

§ 1º O valor da multa será:

I – duplicada em caso de reincidência;

II – triplicada, se resultar morte ou lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, nos termos do §§ 1º e 2º do art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, à pessoa que deixou de ser atendida ou foi atendida com retardo em razão do acionamento indevido, independente de configurações de reincidência.

§ 2º Os prejuízos efetivamente suportados pelo ente público, em razão do acionamento indevido, serão acrescidos ao valor da multa, sempre que possível a respectiva mensuração.



§ 3º Não afasta a aplicação das penalidades previstas neste artigo o fato de a linha telefônica ter sido utilizada por terceira pessoa, que resida ou não com o titular.

§ 4º O valor da multa prevista neste artigo será objeto de correção monetária, conforme definido anualmente pela autoridade competente.

Art. 3º O órgão que sofrer acionamento indevido, de posse do número da linha de telefone utilizada, diligenciará os órgãos competentes para identificar o respectivo titular.

§ 1º Identificado o titular da linha de telefone, ele será autuado pelo acionamento indevido do serviço de emergência.

§ 2º Notificado da autuação, o titular da linha de telefone terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa escrita.

§ 3º Não apresenta defesa, ou não sendo esta acolhida, será aplicada penalidade nos termos do art. 2º desta Lei.

Art. 4º Os acionamentos indevidos efetuados por meio de telefones públicos serão registrados, com o número de telefone, a fim de identificação da região para adoção de medidas preventivas no local.

Parágrafo único. Caso seja identificado o responsável pelos acionamentos indevidos efetuados por meio de telefone público, aplica-se o disposto nos parágrafos do art. 2º desta Lei.


Art. 5º Os recursos decorrentes da aplicação da multa prevista nesta Lei serão revertidos para o órgão indevidamente acionado.

Art. 6º Regulamento poderá dispor sobre:

I – outros órgãos ou entidades estaduais a serem contempladas pelo regime desta Lei;

II – medidas socioeducativas a serem adotadas, em caráter geral ou específico para o infrator;

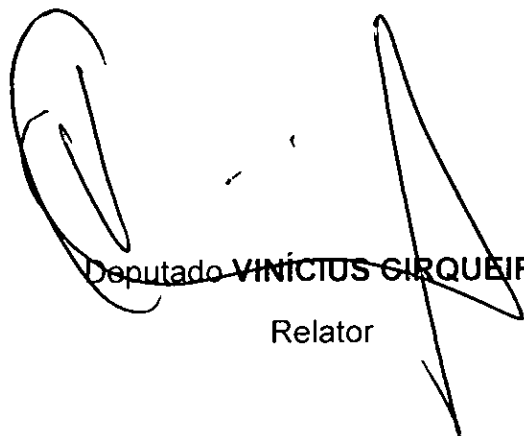
III – outras medidas pertinentes à redução dos casos de acionamento indevido, afetas à competência do Poder Executivo.



Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Com esses fundamentos, com a adoção do substitutivo ora apresentado, somos pela constitucionalidade e juridicidade da propositura em pauta. É relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 23 de Abril de 2019.


Deputado VINÍCIUS CIRQUEIRA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

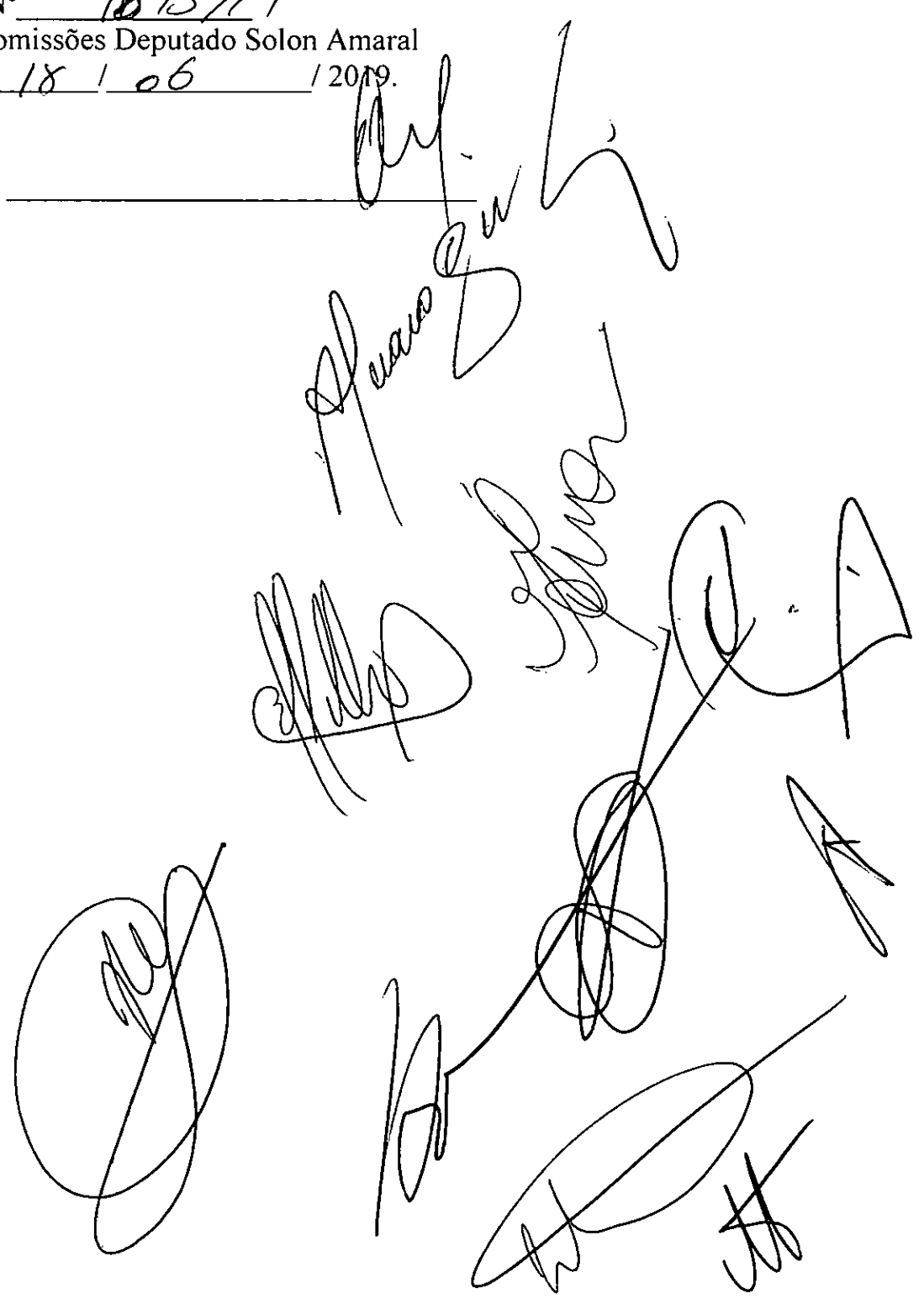
A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova o parecer do Relator **FAVORÁVEL A MATÉRIA.**

Processo Nº 1815/19

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 18 / 06 / 2019.

Presidente: _____



A collection of approximately ten handwritten signatures in black ink, scattered across the lower half of the page. The signatures vary in style, with some being highly stylized and others more legible. One signature in the upper right quadrant appears to be 'Solon Amaral'. The signatures are written over the 'Presidente:' line and extend into the main body of the page.



DESPACHO

APROVADO O PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO, À COMISSÃO DE TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E
ORÇAMENTO. /

EM, 9 DE outubro 2019.


1º SECRETÁRIO